

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA FORMAR O FUTURO INVESTIDOR

Marane Amorim da Costa¹
Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara²

RESUMO

A crescente sofisticação dos produtos oferecidos aos consumidores de serviços financeiros aumenta as opções à disposição do cidadão, ao mesmo tempo em que lhe atribui maior responsabilidade por suas escolhas. A pesquisa se insere no contexto brasileiro onde a educação financeira tem muito espaço para difundir seus ensinamentos, desde o universo educacional familiar ao escolar. Esta pesquisa procurou analisar de que forma a educação financeira afeta a maneira como as pessoas lidam com o dinheiro, no que tange a poupança, investimentos e consumo consciente. Este estudo de campo caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, realizada com estudantes do curso de Administração de duas instituições de ensino superior da cidade de Natal-RN. Para coleta de dados, foram aplicados presencialmente aos estudantes questionários estruturados com perguntas fechadas. Os participantes constituíram uma amostra não probabilística, por julgamento (VERGARA, 2003). Dentre outros resultados constatou-se que a família, a escola, a instituição de ensino superior e as experiências práticas são as maiores influências na formação educacional financeira dos jovens respondentes. Verificou-se uma relação diretamente proporcional entre o nível de escolaridade dos pais dos alunos com a renda da família, quanto maior o grau de escolaridade dos pais, maior a renda familiar. Percebeu-se que os homens se sentem mais seguros do que as mulheres para gerir seus recursos financeiros. Os respondentes casados também se sentem mais seguros para tomar decisões financeiras do que os solteiros. É por meio da educação financeira que as pessoas conseguem compreender melhor o mundo financeiro e tomar decisões fundamentadas.

Palavras chave: Educação financeira. Família. Escola. Consumo consciente.

¹ Acadêmica do Curso de MBA em Administração Financeira do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Email: maraneamorim@gmail.com.

² Professor Orientador do Curso de MBA em Administração Financeira do Centro Universitário do Rio Grande Norte. Email: anarosagsc@gmail.com.

FINANCIAL EDUCATION TRAINING FOR THE FUTURE INVESTORS

ABSTRACT

The increasing sophistication of products offered to consumers of financial services increases the options available to the citizens at the same time gives him greater responsibility for their choices. The research is inserted in the Brazilian context where financial education has plenty of room to spread his teachings, from the family education to the school universe. This research sought to examine how financial education affects how people handle money, when it comes to savings, investments and conscious consumption. This field of study was characterized as a bibliographic, exploratory and descriptive research, carried out with students of the course of administration of two higher education institutions in the city of Natal-RN. For data collection, in person were applied to students structured questionnaires with closed questions. Participants were a non-probabilistic sample for trial (VERGARA, 2003). Among other results it was found that the family, school, institution of higher education and practical experiences are the biggest influences on financial education training of young respondents. There was a directly proportional relationship between the level of education of parents of students with family income, the higher the level of education of the parents, the higher the family income. It was noticed that men feel safer than women to manage their financial resources. Married respondents also feel safer to make financial decisions than single. It is through financial education that people can better understand the financial world and make informed decisions.

Key-words: Financial education. Family. School. Conscious consumption.

1 INTRODUÇÃO

O tema Educação Financeira no Brasil tem sido recorrente, caracterizado por uma multiplicidade de definições e intenções promovidas por vários agentes. Organizações governamentais, Instituições financeiras, Bancos públicos e privados, dentre outros que tem se envolvido, apresentando variadas definições e estratégias para educar financeiramente a população, incluindo crianças, jovens e adultos. A preocupação é relevante, pois a crescente sofisticação dos produtos oferecidos aos

consumidores de serviços financeiros aumenta as opções à disposição do cidadão brasileiro, ao mesmo tempo em que lhe atribui maior responsabilidade pelas escolhas realizadas. Em meio aos variados produtos financeiros (cheque especial, cartão de crédito, financiamentos e leasing, fundos de investimentos, poupança, etc.) as pessoas devem estar preparadas para lidar com situações cada vez mais complexas ao desejarem adquirir um bem ou serviço.

A pesquisa insere-se em um contexto onde no Brasil, segundo D'Aquino (2008) a educação financeira ainda não é parte do universo educacional familiar, tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. As consequências deste fato são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões tanto na vida do cidadão, quanto na do país. Sendo a família ambiente primeiro e nuclear para a formação do cidadão, torna-se mais efetivo estimular a cultura a respeito da educação financeira já dentro de casa. E indo além, como a escola agrega valor academicamente na formação do cidadão, tem também um papel fundamental na sua educação financeira, uma vez que propaga conhecimentos e ensinamentos importantes.

O analfabetismo financeiro implica falta de planejamento das finanças pessoais, e isso afeta desde o equilíbrio das contas familiares, passando pela aquisição da casa própria, educação dos filhos, saúde, e chegando até a afetar o bem-estar das pessoas na aposentadoria. Rochman (2013) mostra que o Brasil está muito longe dos Estados Unidos, Europa e Japão nas medidas de educação financeira. Naqueles países há a inserção, direta ou indireta, do tema em currículos escolares oficiais. Adicionalmente, as organizações privadas e do terceiro setor desses países também contribuem para a universalização dos conceitos e instrumentos financeiros. O mesmo estudo mostra que os esforços de algumas escolas brasileiras para incluir a educação financeira na grade curricular ainda estão em estágio inicial, e em alguns casos não são muito estruturados.

Diante desse contexto, a pesquisa pretende esclarecer a seguinte questão: **de que forma a educação financeira afeta a maneira como as pessoas lidam com o dinheiro?** Desenvolveu-se uma pesquisa de campo com alunos do curso de Administração de duas instituições de ensino da cidade de Natal-RN com o objetivo geral de analisar de que forma a educação financeira afeta a maneira como as pessoas lidam com o dinheiro. Em seguida buscou-se compreender a relevância da

educação financeira, no âmbito familiar e escolar, e relacionar o nível de instrução financeira e qualidade de vida.

Foi a partir da complexidade dos produtos financeiros e da necessidade dos cidadãos tomarem decisões acertadas que surgiu o interesse de pesquisar e compreender a importância da educação financeira.

No que concerne ao conhecimento acadêmico, esse trabalho visa estimular novas pesquisas na área e preencher algumas lacunas existentes no âmbito teórico. Pois o acervo ainda é reduzido, uma vez que a bibliografia específica ao tema é nova e ainda pequena.

Os benefícios proporcionados pelo estudo alcançam a sociedade de maneira valiosa. Por meio da propagação da educação financeira nas escolas, nas famílias e na sociedade como um todo, o acesso a este conhecimento muda costumes, constrói hábitos saudáveis, e capacita as crianças, jovens e adultos a terem uma vida social, econômica e financeira mais equilibrada e sustentável.

Portanto, o trabalho torna-se viável por discutir um tema atual e relevante para os cidadãos, as escolas, as organizações e o governo, visando agregar valor para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira amplia habilidades que facilitem as pessoas a tomarem decisões acertadas e com qualidade na gestão financeira pessoal. Para isso, é preciso que haja transmissão de conhecimentos para que suas capacidades financeiras sejam ampliadas e colocadas em prática no dia a dia.

No que se refere aos conceitos e importância Pinheiro (2008) define educação financeira como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas apropriadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de vida. Habilidades essas que não nascem com os indivíduos, mas são adquiridas com o tempo, através de decisões que são tomadas no decorrer da vida. Ele ainda destaca que educação financeira contribui para que as famílias e os indivíduos possam ajustar suas decisões de investimentos e de consumo de produtos financeiros aos

seus perfis de riscos e as suas necessidades.

Segundo conceito do BACEN (2015), a Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), um número crescente de governos nacionais está engajado em desenvolver estratégias de educação financeira. As implicações sociais e econômicas a longo prazo do baixo índice de educação financeira de grande parte da população mundial têm levado os governos a criar políticas específicas. A existência de uma estratégia nacional de educação financeira favorece a promoção do tema no país e cria diretrizes para balizar iniciativas concretas.

De acordo com Holzmann e Miralles (2005 *apud* SAVOIA et al., 2007, p. 1128):

O processo de educação financeira, aparentemente está mais desenvolvido nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, bem como em alguns países da América Latina e na Europa Central e Oriental, que reformularam seu sistema previdenciário.

Esses países perceberam a importância do tema e, com isso, começaram a desenvolver uma variedade de programas. Para tal, utilizam ferramentas de treinamento como sites, panfletos e campanhas de mídia, para esclarecer a população sobre assuntos como: crédito, investimentos, poupança (SAVOIA, 2007).

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A educação financeira no Brasil é algo que ainda não possui atenção suficiente para que a população aprimore sua capacidade financeira. A recente ascensão econômica de milhões de brasileiros coloca o cidadão em contato com novas situações e operações financeiras pouco familiares para muitas pessoas, o que faz com que parte da população comprometa uma porcentagem razoável dos seus ganhos financeiros, resultando em problemas financeiros indesejáveis.

Segundo Frankenberg (1999, p. 39).

No Brasil, pouca ou nenhuma educação financeira, anos de inflação, desinformação e erros cometidos por sucessivos governos do passado resultaram em conceitos financeiros errôneos, absorvidos sem contestação e passivamente pela população.

Soares; Sobrinho (2008) ressaltam que no contexto brasileiro, onde existe uma grande desigualdade na distribuição de renda, onde número significativo de pessoas vivem excluídos dos serviços financeiros, os recentes avanços nos níveis de emprego e de renda, ofereceram para as pessoas uma nova oportunidade para as necessidades financeiras.

Assim sendo, Savoia et al. (2007, p. 1124) afirmam que “o consumo das famílias não conseguem, sozinho, estimular os investimentos, que geram empregos e elevação de renda”. Como agravante os indivíduos sentem-se cada vez mais atraídos pelo crédito fácil, o que muitas vezes não está dentro do orçamento, tendo como consequência um endividamento.

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL

A educação financeira é o primeiro passo na tentativa de transformar sociedades financeiras despreparadas. Visando formar uma geração de investidores e consumidores conscientes e responsáveis. Isso porque, segundo o BACEN (2012b, p.4), “pessoas educadas financeiramente planejam melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros”, tanto em termos de cumprimento de prazos de pagamento quanto de negociação das taxas de juros ou de escolha diante das alternativas existentes.

Assim, o ato de instruir, orientar, planejar definir necessidades e criar limites são alguns dos mais importantes meios para se educar alguém no âmbito financeiro, o que permite se chegar ao conceito de educação financeira infantil, o qual a especialista D'Aquino (2009, p. 26) define como:

É um processo de vinte anos, que prepara a criança para aprender a ganhar, a gastar e a poupar, mas também a perceber-se como alguém capaz de doar tempo e talento. Tudo isso embasado na percepção de que todo ganho e todo uso do dinheiro deve ser calcado na mais estrita ética [...] é a base que na vida vai representar uma lida adequada, consciente e equilibrada com o dinheiro.

A família é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, cuja responsabilidade é transmitir os valores culturais, os padrões de conduta e as ideias predominantes na sociedade, bem como promover a socialização de nova geração, além de ter a responsabilidade pela sobrevivência física e psíquica das crianças.

Corroborando com a importância da família e a influência sobre os indivíduos Beulke (*apud* SHETH, MITTAL; NEWMAN, 2005, p. 6), afirmam:

[...] a personalidade de uma pessoa é a junção de dois fatores: genética e ambiente. Ou seja, pode-se ter componentes da personalidade determinados pelas características familiares dos pais, mães e irmãos mais velhos, ao mesmo tempo em que se pode desenvolver determinados hábitos de acordo com o ambiente em que se vive.

Diante desse contexto, é possível perceber que dinheiro, família e educação possuem intima relação, e por isso, quanto antes se começar a falar de forma mais efetiva e sistemática sobre o assunto, melhor, pois assim é possível formar pessoas com mais afinco para exercer a cidadania e consumidores mais conscientes e menos compulsivos.

A escola deve ser um espaço de formação e informação, onde a aprendizagem de conteúdos propicie a inserção do aluno no contexto das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior.

Conforme salienta Libâneo (1998, p. 10): “A escola precisa oferecer serviços de qualidade e um produto de qualidade, de modo que os alunos que passam por ela ganhem melhores e mais efetivas condições do exercício da liberdade política e intelectual”.

É dever da escola é passar conhecimento, como ler, escrever e ajudar os alunos a se relacionarem com a sociedade. O conhecimento adquirido nas escolas servirá de base para a formação de uma cultura ajudando a criança a desenvolver um senso crítico necessário para tomar decisões acertadas quando adultas.

Todos esses aspectos são fundamentos da educação financeira, em que a família é a principal responsável, contudo a inserção do tema na escola pode colaborar para que o aluno cresça e amplie seu conhecimento de forma mais madura.

Observa-se que é preciso desenvolver projetos que estimulem escolas, educadores e colaboradores a colocar em prática a disciplina de educação financeira infantil desde cedo na vida das crianças, para que essas possam criar o hábito de consumo consciente e desenvolver ao longo da vida relações saudáveis com o dinheiro.

2.5 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E QUALIDADE DE VIDA

O tema educação financeira infantil tem recebido destaque nos últimos anos, surgindo como forma de auxiliar na tomada de decisões e orientar para o aumento na qualidade de vida, possibilitando mais garantia de conforto no futuro.

A crescente preocupação com questões relacionadas à qualidade de vida vem de um movimento dentro das ciências humanas e biológicas no sentido de valorizar parâmetros mais amplos que o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida. Assim, qualidade de vida é abordada, por muitos autores, como sinônimo de saúde, e por outros como um conceito mais abrangente, em que as condições de saúde seriam um dos aspectos a serem considerados (VIEIRA et al., 1999).

No âmbito da compreensão de qualidade de vida e fatores socioeconômicos, Dotto e Sozza (2014, p. 27), ressalta que:

A Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. É muito mais que isso. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para aproveitar os prazeres da vida e ao mesmo tempo obter uma garantia para eventuais imprevistos.

De acordo com Oliveira (*apud* BELINKY, 2006), o principal objetivo da educação financeira sustentável é proporcionar qualidade de vida, garantindo que tenhamos, hoje e no futuro, a segurança material e as condições para uma vida feliz, com realização pessoal e profissional.

Para Oliveira (*apud* BELINKY, 2006, p. 42):

O objetivo é mudar o pensamento de acumular cada vez mais dinheiro para a ideia de viver cada vez melhor. O importante é que a pessoa priorize a satisfação ao consumo. Viver bem não significa comprar mais um celular ou outro carro, e sim aproveitar a vida. Ter mais dinheiro não significa ser mais feliz ou ter mais qualidade de vida. O importante é planejar-se para ter o suficiente, sem consumir com exagero e desperdício.

Percebe-se então, que a educação financeira é essencial para garantir um futuro, ser previdente e evitar situações de risco e carência. No entanto ter mais dinheiro não significa ser mais feliz ou ter mais qualidade de vida. O importante é planejar-se para ter o suficiente, sem consumir com exagero e desperdício.

3 METODOLOGIA

Diante da pretensão da pesquisa de responder de que forma a educação financeira afeta a maneira como as pessoas lidam com o dinheiro, os critérios de categorização da pesquisa toma como base a classificação apresentada por Vergara (2003).

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória por buscar expandir o conhecimento acumulado e sistematizado sobre o assunto. Descritiva, pois pretende expor as características do comportamento das pessoas ao lidarem com dinheiro, no que tange a consumo, poupança e investimento. Uma pesquisa bibliográfica, pois para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho foi realizada investigação sobre os assuntos pertinente a área de finanças. Pesquisa de campo, porque por meio de aplicação de questionário, coletou-se dados de estudantes concluintes do curso de administração, de duas universidades (UFRN e UNI-RN) de Natal - RN, uma pública e outra privada, ambas com Índice Geral de Cursos (IGC) 4 (quatro).

O universo da pesquisa foi baseado nos grupos de pessoas, que possuem características que foram objeto de estudos, para analisar seus comportamentos e

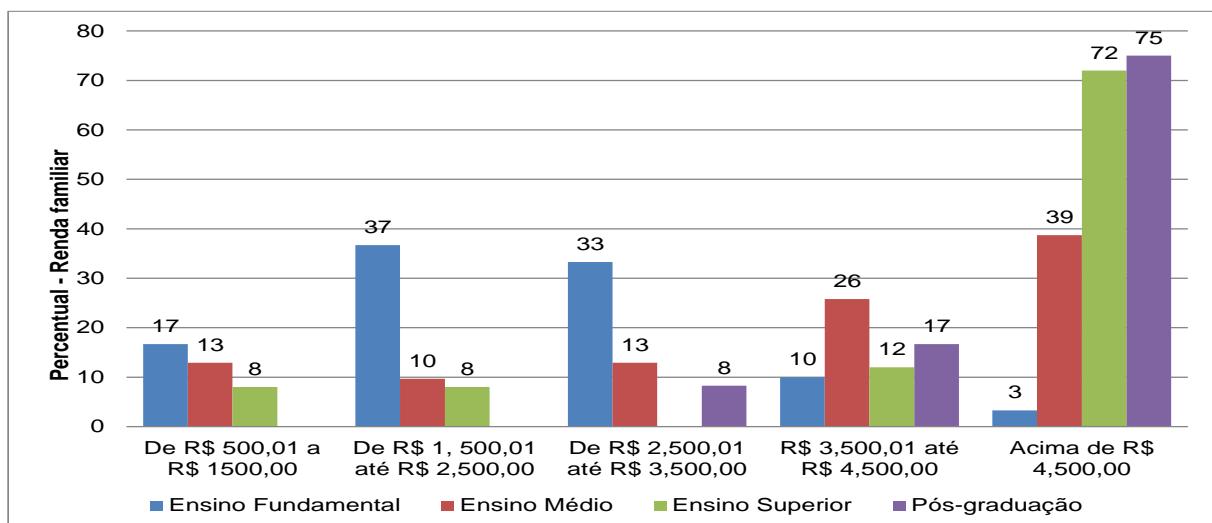
hábitos financeiros de acordo com o nível de instrução individual de cada uma. Os dados quantitativos foram tabulados com auxílio da ferramenta Excel do Windows e do sistema de tabulação de dados Modalisa, software francês desenvolvido pela universidade de Paris. Foram 74 estudantes respondentes da UFRN e 25 estudantes da UNI-RN, totalizando um universo de 99 estudantes.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Percebeu-se que 40 famílias dos estudantes respondentes tem renda superior a R\$4.500,00. Dentre os quais 72% dos pais possuem nível de escolaridade superior.

Pode-se então, inferir que a renda familiar é diretamente proporcional ao grau de escolaridade dos pais, ou seja, geralmente quanto maior for a escolaridade dos pais maior será a renda da família.

Gráfico 1 - Relação Renda familiar e Grau de escolaridade dos pais



Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

Com relação ao grupo de estudantes do sexo feminino, constatou-se que:

- 54% delas consideram-se razoavelmente seguras para gerir os recursos financeiros;
- Apenas 15% delas consideram-se muito seguras para gerir esses recursos.

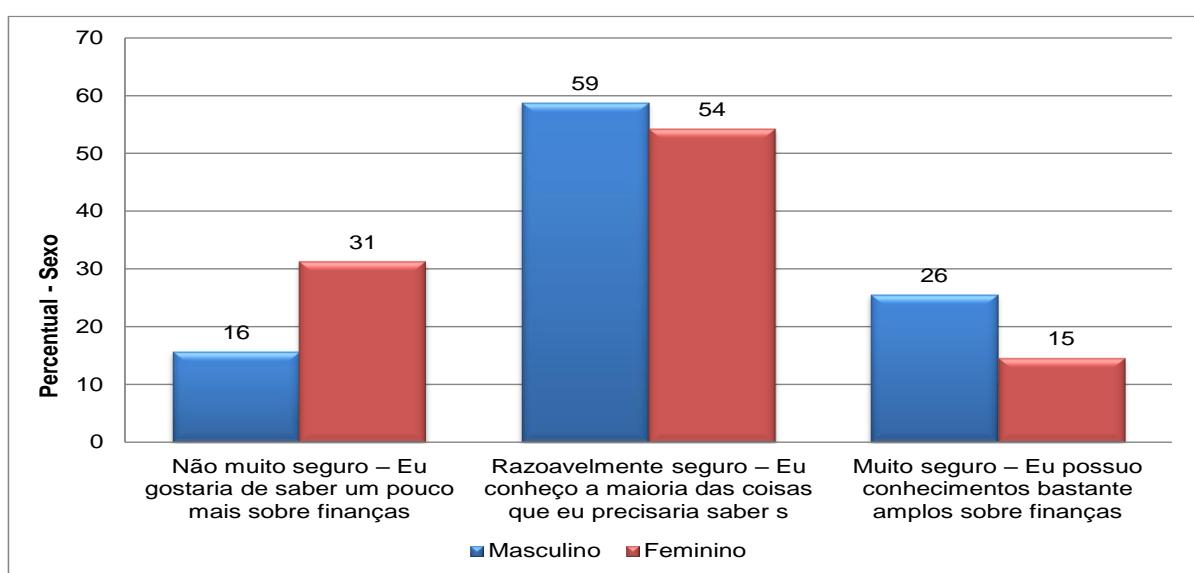
No que se refere à gestão de recursos por parte dos estudantes do sexo

masculino, constatou-se que:

- c) 59% deles consideram-se Razoavelmente seguros para gerir os seus recursos;
- d) Logo em seguida, o segundo grupo de homens que consideram ter muita segurança para gerir os recursos, representando 26% desses estudantes do sexo masculino.

Portanto, em relação ao quesito “Gestão dos Recursos” constata-se que os homens possuem em sua maioria muito mais segurança do que as mulheres. Pois, entre a quantidade de 20 estudantes que afirmaram ter muita segurança para gerir os recursos por possuírem conhecimentos bastante amplos sobre as finanças 26% deles são do sexo masculino, frente a apenas 15% das mulheres.

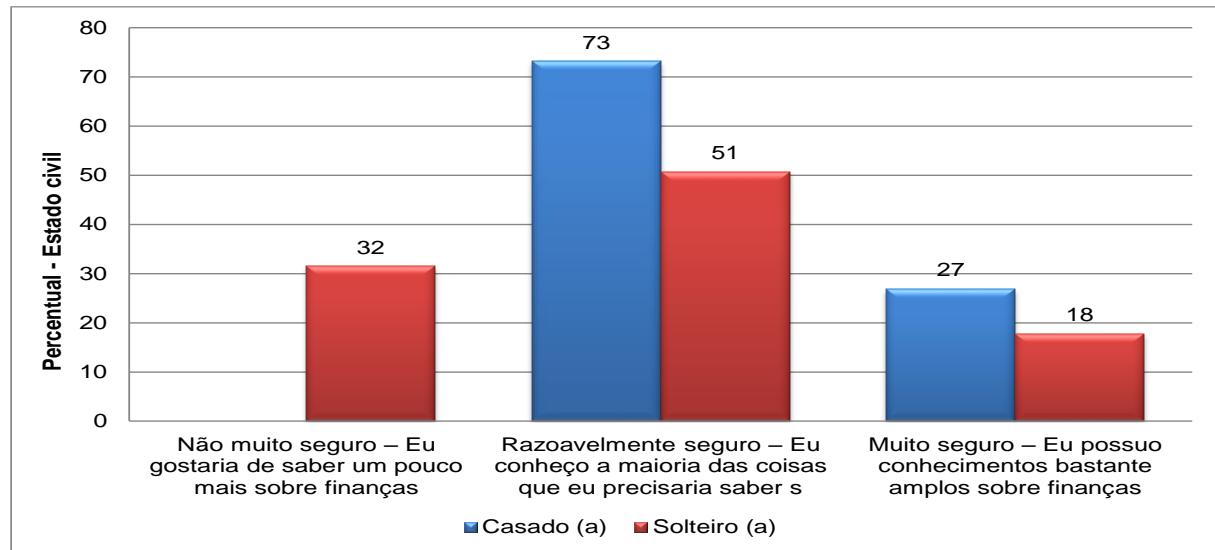
Gráfico 2 - Relação Nível de Segurança para gerir os recursos e Sexo



Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

Percebeu-se que os estudantes casados possuem maior segurança para gerir seus recursos financeiros. Dentre os discentes que se sentem razoavelmente seguros para gerir seus recursos financeiros 73% são casados enquanto os solteiros representam 51%.

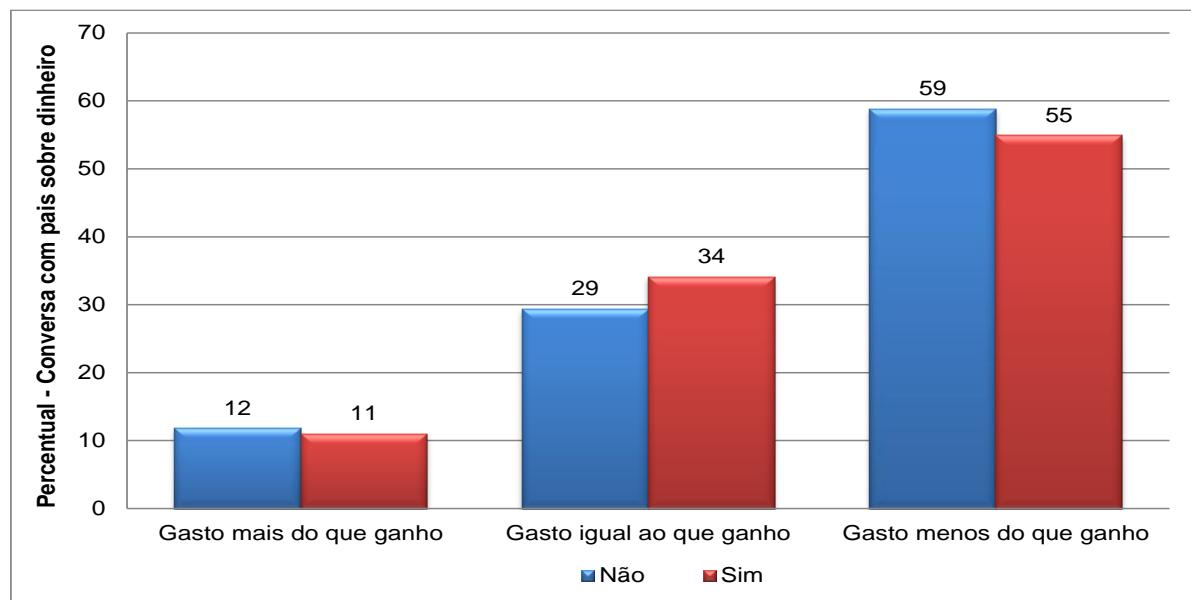
Gráfico 3 - Relação do Estado civil e Nível de segurança para gerir os recursos



Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

Entre as pessoas que conversam com os pais sobre dinheiro apenas um grupo minoritário de estudantes (11%) gastam mais do que ganham. Indo de acordo com as teorias aqui estudadas que apontam que dialogar com os genitores facilitam a gestão financeira. Constatou-se também, que 55% dos estudantes que conversam com os pais, gastam menos do que ganham.

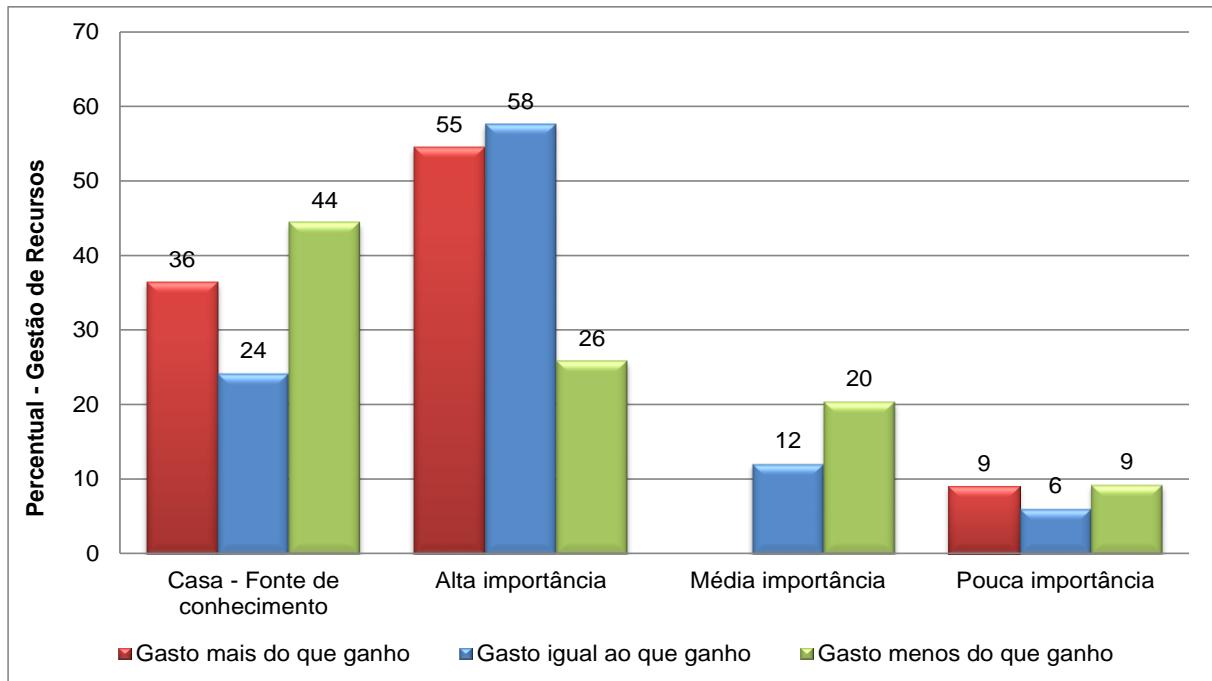
Gráfico 4 - Relação de Gastos e Conversa com pais sobre dinheiro



Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

Dentre os estudantes que conversam com os pais 44% deles consideram de alta importância os conhecimentos adquiridos em casa junto à família, o que possibilita futuramente uma melhor administração financeira em suas vidas.

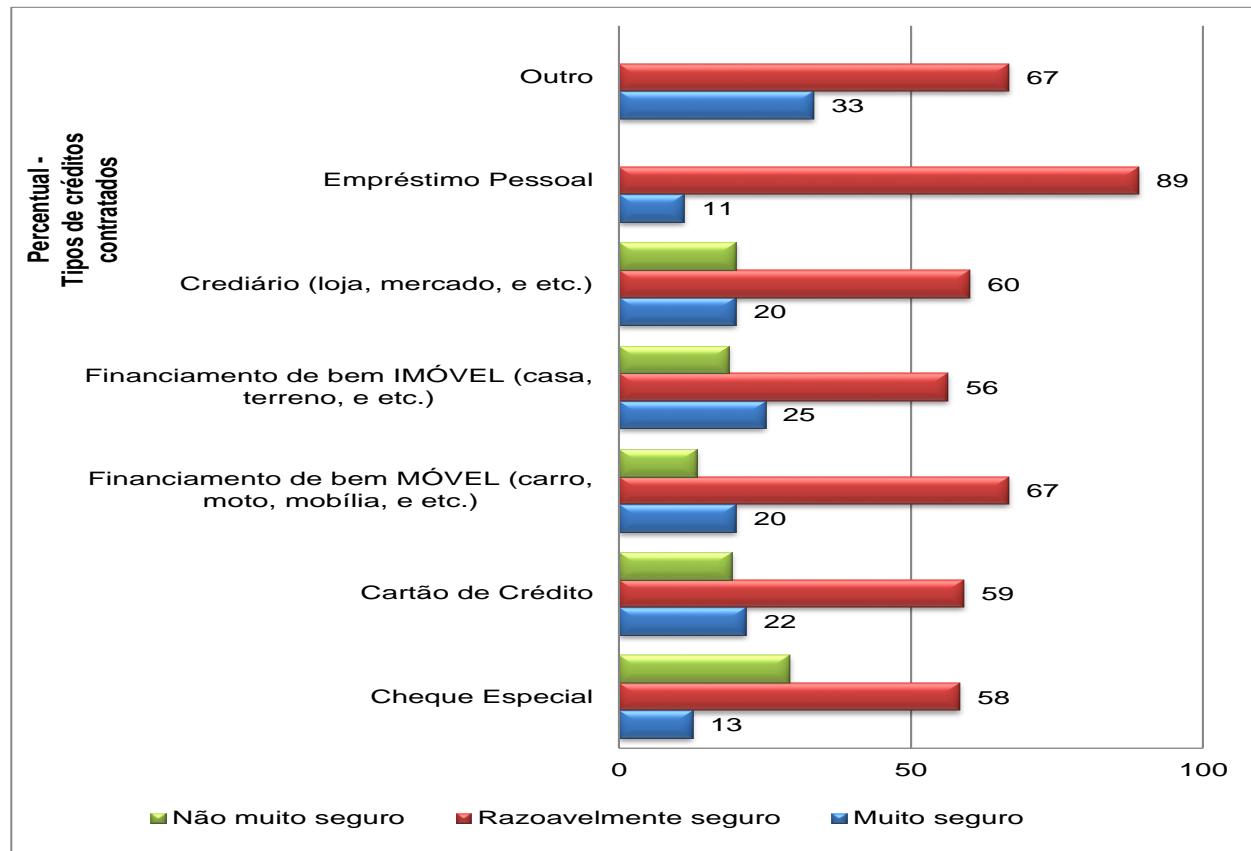
Gráfico 5 - Relação Fonte de conhecimento (Casa) com Gastos



Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

Um fator preocupante que se destaca é o fato de 29% dos alunos respondentes possuírem cheque especial, 19% possuírem cartão de crédito e 32% (13%+19%) possuírem financiamentos, mesmo se sentindo não muito seguro para gerir seus recursos. O que demonstra que esses estudantes não estão cientes plenamente dos riscos envolvidos nos tipos de créditos contratados. O que pode acarretar consequências como inadimplência e endividamento.

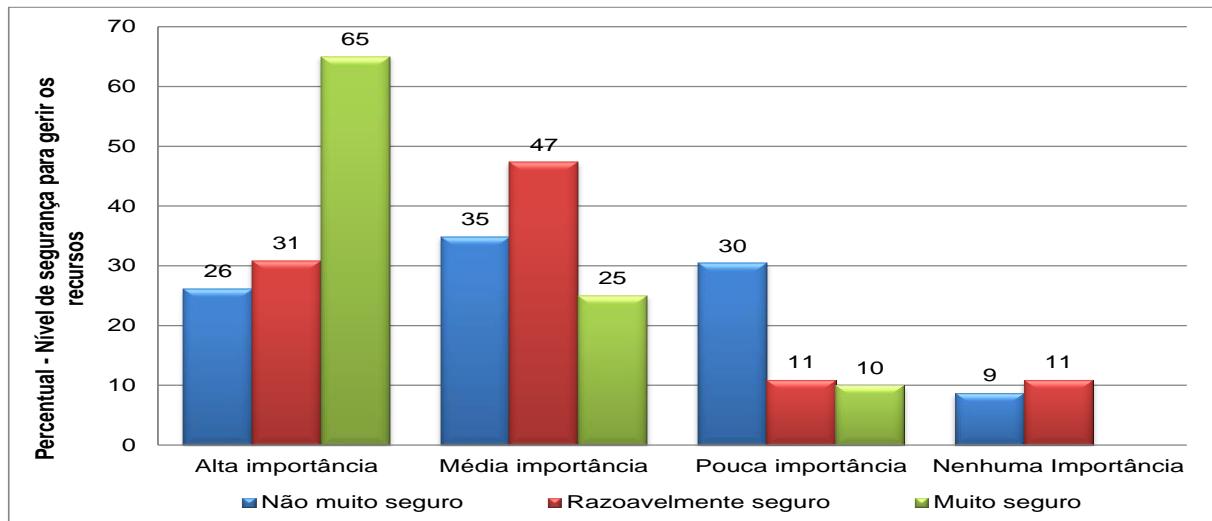
Gráfico 6 – Relação Nível de segurança para gerir os recursos com Tipos de créditos contratados



Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

Verificou-se que 65% dos alunos que se sentem muito seguros para gerir seus recursos financeiros consideraram como de alta importância o conhecimento adquirido em casa, considerando assim, este conhecimento de alta importância na sua educação financeira. Já entre os alunos que consideram de média importância o conhecimento adquirido em casa 35% não se sentem muito seguro e 47% se sentem razoavelmente seguro para gerir os recursos financeiros.

Gráfico 6 – Relação Nível de segurança para gerir os recursos com Tipos de créditos contratados

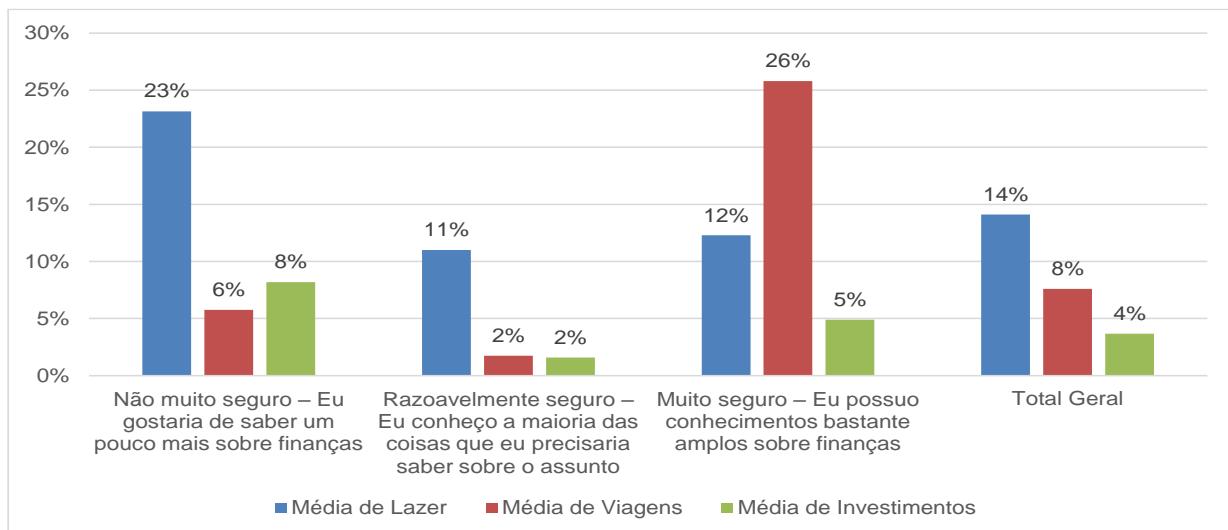


Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

Diante dos dados da pesquisa percebeu-se que 26% dos alunos que se sentem muito seguros para gerir seus recursos financeiros conseguem dedicar parte de suas reservas para viagens. Essa informação demonstra que uma educação financeira saudável é capaz de proporcionar melhor qualidade de vida para as pessoas, segurança material e uma vida mais feliz e realizada.

Outros pontos no gráfico abaixo que merecem atenção são os percentuais de 23% e 8% que se referem respectivamente, a média de lazer e investimentos dos alunos que afirmaram não se sentirem muito seguros para gerir seus recursos. Dado este, preocupante, pois, mesmo com pouco nível de segurança esses alunos direcionam muitos recursos para lazer e fazem investimentos sem conhecer plenamente as regras e os riscos envolvidos. O que pode levar a consequências de perdas financeiras e frustrações emocionais.

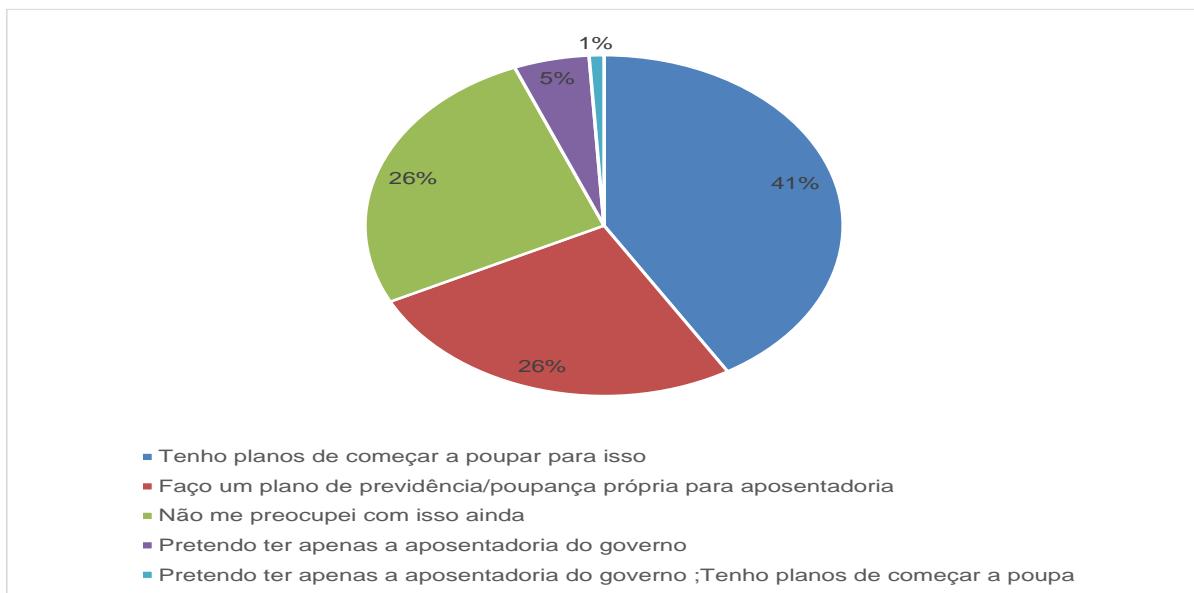
Gráfico 8 - Relação do Nível de segurança para gerir os recursos com Lazer / Viagens / Investimentos



Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

A partir dos dados do gráfico abaixo se percebeu que 26% dos estudantes já têm algum plano de aposentadoria e 41% têm planos para começar a poupar para aposentadoria. O que demonstra maturidade com as decisões de longo prazo. Pensar e se planejar para aposentadoria ainda jovem é fundamental, pois esse comportamento proporcionará uma velhice mais estável e com melhor qualidade de vida.

Gráfico 9 – Aposentadoria



Fonte: Levantamento de dados primários, set. 2015.

5 CONCLUSÃO

Diante do objetivo geral de analisar de que forma a educação financeira afeta a maneira como as pessoas lidam com o dinheiro foi possível compreender a importância da interação dos pais com os filhos, do poder de influência da família, da escola e da instituição de ensino superior na formação das crianças e jovens, futuros investidores brasileiros.

Diante dos resultados da pesquisa verifica-se que os meios de conhecimento mais importantes para gerenciar o dinheiro ressaltados pelos estudantes estão concentrados com familiares, meio acadêmico e experiências práticas.

Em relação ao quesito “Gestão dos Recursos” constata-se que os homens possuem em sua maioria, mais segurança para gerir os recursos financeiros do que as mulheres. Percebeu-se também, que os estudantes casados demonstraram maior segurança para gerir seus recursos financeiros do que os solteiros.

Quando a família se faz presente na educação financeira dos filhos os resultados a longo prazo são benéficos. Pois, os jovens que receberam instrução financeira familiar mostraram-se mais equilibrados com os gastos, planejam melhor

os itens de consumo, se preocupam com aposentadoria, investem de forma mais consciente, separam recursos para lazer e viagens, o que permitirá uma vida mais confortável e com melhor qualidade de vida.

Constatou-se que os alunos que se sentem muito seguro para gerir seus recursos financeiros conseguem dedicar parte de suas reservas para viagens e lazer. Uma educação financeira saudável ajuda as pessoas viver com qualidade, com segurança material e de forma feliz e realizada.

É por meio da educação financeira que as pessoas conseguem compreender melhor o mundo financeiro, tomar decisões fundamentadas e com segurança sobre seus recursos financeiros, possibilitando ainda uma melhor compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos.

REFERÊNCIAS

BACEN (Banco Central do Brasil). **Programa de Educação Financeira**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>>. Acesso em: 8 maio 2016.

BELINKY, A. Descobrindo o consumidor consciente. In: Parente, J.; Gelman, J.H. J. (Coord.) **Varejo e responsabilidade social: visão estratégica e práticas no Brasil**. São Paulo: Bookman, 2006.

BEULKE, Carla Simone. A influência do consumidor infantil sobre os pais na tomada de decisão de compra de produtos alimentícios. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-Intercom**, Uerj. Rio de Janeiro: Brasil. 2005.

BORIOLA Consultoria. **Home Page**. Disponível em: <<http://www.boriola.com.br/brasil-pesquisa-revela-que-8667-de-consumidores-sofrem-por-endividamento-cr%C3%B4nico>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

D'AQUINO, C. **Educação financeira: como educar seus filhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

HOLZMAN, R.; MIRALLES, M. P. The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and beyond. **The World Bank**, oct. 2005. <Disponível em: http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?205715>. Acesso em: maio, 2015.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD's Financial Education Project. Assessoria de Comunicação Social.** 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>> Acesso em: 12 maio 2015.

PINHEIRO, R.P. **Educação financeira e previdenciária:** A nova fronteira dos fundos de pensão. Disponível em: <http://www.mps.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf> Acesso em 2 maio 2015.

ROCHMAN, Ricardo R. Analfabetismo financeiro. **GVexecutivo**, 2013.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA S. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Scielo Brazil, Nov/dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000600006&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 maio 2015.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, M. **Microfinanças, A. D: o papel do banco central do brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** Brasília: BCB, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. **Revista de Adm. da Unimep Business.**

ANEXO

ANEXO A – DECRETO Nº 7.397, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.397, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - atuação permanente e em âmbito nacional;
- II - gratuidade das ações de educação financeira;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - atuação por meio de informação, formação e orientação;
- V - centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
- VI - formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e
- VII - avaliação e revisão periódicas e permanentes.

Art. 3º Com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF, cuja composição compreenderá:

- I - um Diretor do Banco Central do Brasil;
- II - o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;
- III - o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar;
- IV - o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;

- V - o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;
- VI - o Secretário-Executivo do Ministério da Educação;
- VII - o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social;
- VIII - o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; e
- IX - quatro representantes da sociedade civil, na forma do § 2º.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I a VIII, bem como seus suplentes, serão indicados pelos seus respectivos órgãos e entidades, no prazo de quinze dias contados da publicação deste Decreto.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso IX, bem como seus suplentes, serão indicados nos termos estabelecidos pelo regimento interno do CONEF.

§ 3º Os representantes indicados na forma dos §§ 1º e 2º serão designados em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 4º O CONEF será presidido, a cada período de seis meses, em regime de rodízio e na ordem a seguir, pelo representante do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, da Superintendência de Seguros Privados e do Ministério da Fazenda.

§ 5º O Banco Central do Brasil exercerá a secretaria-executiva do CONEF, prestando o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos objetivos do Comitê.

§ 6º O CONEF poderá criar grupos de trabalho, por prazo determinado, destinados ao exame de assuntos específicos, bem como comissões permanentes, de atividades especializadas, para dar-lhe suporte técnico, integrados por representantes dos órgãos e entidades que dele participam.

§ 7º O CONEF poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil para participar e colaborar com a consecução de seus objetivos, na forma do seu regimento interno.

Art. 4º Ao CONEF compete:

I - promover a ENEF, observada a finalidade estabelecida no art. 1º, por meio da elaboração de planos, programas e ações; e

II - estabelecer metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF.

Parágrafo único. Caberá aos membros do CONEF elencados nos incisos I a VIII do art. 3º aprovar, por maioria simples, seu regimento interno.

Art. 5º Para assessorar o CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados com a educação financeira e previdenciária, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Grupo de Apoio Pedagógico - GAP, que terá em sua composição um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

- I - Ministério da Educação, que o presidirá;
- II - Banco Central do Brasil;
- III - Comissão de Valores Mobiliários;
- IV - Ministério da Fazenda;
- V - Superintendência de Seguros Privados;

VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

VII - Conselho Nacional de Educação; e

VIII - instituições federais de ensino indicadas pelo Ministério da Educação, até o limite de cinco, no máximo de uma por região geográfica do País.

§ 1º O Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação serão convidados a integrar o GAP.

§ 2º O Ministério da Educação exercerá a secretaria-executiva do GAP, ao qual prestará o apoio administrativo necessário.

§ 3º Os órgãos e entidades representados no GAP deverão, em até quinze dias após a designação dos membros do CONEF, indicar os seus representantes e respectivos suplentes ao presidente do Comitê, a quem competirá designá-los.

§ 4º O GAP poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas e de organizações da sociedade civil para participar de suas reuniões, na forma do seu regimento interno.

§ 5º A primeira reunião do GAP será convocada pelo presidente do CONEF.

§ 6º O GAP aprovará o seu regimento interno por maioria simples, presentes pelo menos metade mais um dos seus membros.

Art. 6º A participação no CONEF e no GAP é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Guido Mantega,

Fernando Haddad

Carlos Eduardo Gabas

Henrique de Campos Meirelles